

# PLANO DE AÇÃO DA IACA

## 2022

NOVEMBRO 2021

# Índice

---

---

<b>1. Breve Análise de 2021 .....</b>	<b>2</b>
1.1. Aspectos Positivos .....	4
1.2. Aspectos Negativos .....	5
<b>2. Ações previstas para 2022 .....</b>	<b>6</b>
2.1. Objetivos .....	7
2.2. Iniciativas Propostas .....	10
<b>3. Perspetivas e Desafios .....</b>	<b>13</b>

---

---

## 1. Breve análise de 2021

Condicionado ainda pela pandemia da COVID-19 e por novos confinamentos que implicaram limitações ao funcionamento do canal HORECA e restrições ao turismo, e com o regresso à “quase normalidade” apenas a partir do último trimestre, o ano de 2021 ficou marcado, não só pelo plano de vacinação mais robusto e complexo que a humanidade alguma vez conheceu - felizmente com os maiores sucessos no nosso País -, como pela conjuntura de “tempestade perfeita” que afetou os preços das principais matérias-primas, aditivos, vitaminas e a generalidade dos ingredientes para a alimentação animal, em conjunto com agravamentos nos preços dos fretes, energia, e combustíveis.

As falhas na cadeia de abastecimento em todos os setores da economia - muito preocupante no agroalimentar e em particular na alimentação animal e atividade pecuária -, bem como a crise energética, atrasaram claramente a recuperação do pós-pandemia.

No início do ano, no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia, a IACA manifestou publicamente as suas preocupações perante o mais que expectável agravamento dos custos da alimentação e o seu conseqüente impacto na produção pecuária - na altura com os preços dos cereais e das oleaginosas a rondarem os máximos históricos, face às compras da China -, alertando igualmente para o diferendo, que ainda hoje existe, entre os EUA e a UE sobre o alumínio e o aço - resolvida a questão da aviação civil - e que afeta as importações de milho dos EUA sujeitas a uma tarifa de 25%.

Aliás, a situação tendeu a deteriorar-se com a crescente degradação da cadeia de valor dos produtos de origem animal, confrontada com um excesso de oferta e, no caso da carne de porco, com a redução das exportações chinesas, o que acentuou uma descida nos preços ao consumo, impulsionada, não raras vezes, pelas campanhas de promoção praticadas pela grande distribuição, preocupadas com a perda de poder de compra dos consumidores e pela forte concorrência entre as diferentes insígnias.

A abertura progressiva do canal HORECA e da economia em geral, com o regresso dos turistas, permitiu alguma retoma, embora os setores do leite e da carne continuem a gerar preocupação por parte de toda a Fileira. Se no caso do leite, ainda foi possível apoiar os produtores com alguns subsídios e criar um subcomité no quadro da PARCA, na carne de suíno, a Comissão Europeia mostrou-se insensível a quaisquer medidas de apoio ao setor, nomeadamente à exportação ou à armazenagem privada - pese embora as várias exposições da IACA e da FEFAC, quer para o Governo, quer para a presidência da Eslovénia - pela inoportunidade da sua implementação e porque iriam dar sinais errados ao mercado, transferindo as responsabilidades para os Estados-membros.

Entretanto, os custos da alimentação animal não dão tréguas ou sinais de descida, assistindo-se também a uma crise energética que se pode prolongar durante todo o inverno, pelo que as subidas de preços e o aumento da inflação serão inevitáveis.

Com os preços de matérias-primas a registarem aumentos entre 60 e 80% em alguns casos, em particular nos cereais, face aos níveis de pré-pandemia, os preços dos alimentos compostos estiveram em alta - entre 20 e 25%, de acordo com os diferentes segmentos - mas o setor ficou bastante mais frágil, uma vez que os encargos financeiros para a compra das matérias-primas são bastante elevados, com custos acrescidos e um planeamento bastante difícil. Por outro lado, os produtores estão a enfrentar dificuldades para se manterem no mercado, com sérios riscos de atrasos de pagamentos e de abandono de atividade, temendo-se o pior para o primeiro semestre de 2022.

Ao nível dos diferentes segmentos de mercado, tendo como base a amostra mensal da IACA, prevê-se uma subida entre 1 e 2%, com os alimentos para aves em alta, em torno dos 4%; uma relativa estabilidade nos bovinos; um incremento significativo de cerca de 10%, nos alimentos para outros animais, e uma retração de 3 a 4% nos alimentos para suínos.

Na União Europeia, os dados da FEFAC apontam para uma redução global de 0,2%, o que significa uma relativa estabilidade, depois da relativa manutenção de 2020.

O ano fica marcado, igualmente, pela discussão de uma agenda claramente ambiental, seja pela via da PAC - em que as ajudas ditas “climáticas” representam 25% dos pagamentos diretos (ecoregimes) ou 35% no Programa de Desenvolvimento Rural -, seja pela via do *Green Deal*, Estratégias da Biodiversidade e “Do Prado ao Prato”, ou ainda do pacote *Fit for 55*, absolutamente transversal a todos os setores, com uma aposta clara na redução das emissões em 55% no horizonte 2030.

As questões ligadas ao bem-estar animal e à desflorestação, a par da sustentabilidade, do Plano de Contingência da União Europeia das emissões na pecuária, a pegada ambiental ou os sistemas alimentares sustentáveis - com uma Cimeira organizada pelas Nações Unidas - dominaram as discussões em Portugal e em Bruxelas, muitas vezes em contraciclo com as necessidades das empresas.

Um outro tema colocado pela dependência da Europa, seja pela reautorização das farinhas de carne ou a aposta em matérias-primas alternativas (algas, insetos, etc.), continua a ser o do acesso a proteína, da maior relevância geopolítica, que estará em cima da mesa em Portugal e na União Europeia nos próximos anos.

A aposta na tecnologia e por essa via a melhoria da digestibilidade e da eficiência alimentar devem ser outros dos objetivos e das prioridades do Setor, até porque as

metas da Estratégia “Do Prado ao Prato” (ainda que não juridicamente vinculativas) se encontram bem definidas.

Nesta perspetiva e perante os desafios, dentro da flexibilidade que a Comissão Europeia “concede”, e apesar das recomendações, a segunda (e última) fase do PEPAC (Plano Estratégico da PAC que deverá ser implementado em 2023) foi discutida no final do ano.

Neste quadro, o que temos defendido é que a nova PAC, com políticas públicas coerentes, possa incentivar a transição para uma economia verde de forma justa, e que permita manter as especificidades de cada país, a soberania alimentar e a relevância da agropecuária no equilíbrio do território e da paisagem, travando o abandono e a desertificação, e fixando os jovens no espaço rural.

### 1.1. Aspetos Positivos

Em seguida, destacamos os principais aspetos positivos que condicionaram o desempenho da nossa Indústria e da Fileira pecuária em geral:

- ✓ **Resiliência:** tal como em 2020, a resiliência demonstrada pela cadeia da alimentação animal e da produção pecuária;
- ✓ **Apoio:** o contacto permanente entre a IACA e os seus associados, dando resposta às questões colocadas e acompanhando os constrangimentos e dificuldades reportadas pelas empresas;
- ✓ **Decisões:** a presidência portuguesa da União Europeia no primeiro semestre de 2021, nomeadamente com o fecho das negociações da PAC e a aprovação do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR);
- ✓ **Vacinação:** o sucesso da campanha de vacinação em Portugal, que permitiu uma maior abertura da economia e, no último trimestre, um regresso à “quase normalidade”;
- ✓ **Comércio:** a tendência para a procura de produtos de origem nacional e alguma deslocação para pontos de venda alternativos à grande distribuição alimentar, quer espaços mais pequenos, quer pelo recurso a plataformas digitais;
- ✓ **Investigação e Desenvolvimento:** os projetos preparados no quadro do Laboratório Colaborativo FeedInov, bem como o envolvimento em projetos dentro do PRR e a aposta na inovação, investigação e conhecimento, para além da “Terra Futura”, com a estratégia para o horizonte 2030;
- ✓ **Debate:** a continuidade do Projeto SANAS, no âmbito do Alentejo 2020, com a realização de 2 Workshops e do lançamento do 1º Fórum da Alimentação Animal, em que se debateram os impactos da Estratégia “Do Prado ao Prato”;

- ✓ **Eventos:** a participação da IACA em inúmeras Conferências e eventos, nacionais e internacionais; a realização das X Jornadas da Alimentação Animal com o tema “Novas Ferramentas para uma Agricultura de Precisão”;
- ✓ **Carta de Sustentabilidade:** a monitorização, com a apresentação do primeiro relatório de progresso, da Carta de Sustentabilidade 2030;
- ✓ **Guia FEFAC:** o lançamento da segunda versão do Guia da FEFAC 2021 para o aprovisionamento de soja;
- ✓ **Comunicação:** a continuada aposta na comunicação com artigos e posições da IACA em diversos órgãos de comunicação social.

## 1.2. Aspetos Negativos

No que respeita aos aspetos negativos que condicionaram o desempenho da nossa Indústria e da Fileira pecuária em geral, destacamos:

- ✓ **Economia:** pese embora melhor que em 2020, o impacto, não menos dramático na economia e no funcionamento das empresas, decorrentes do confinamento, problemas sanitários, e das restrições no funcionamento das atividades económicas, com destaque para o canal HORECA e a quebra no turismo;
- ✓ **Abastecimento:** os estrangulamentos no abastecimento de algumas matérias-primas, e os agravamentos nos preços das principais matérias-primas nos mercados internacionais, com agravamentos entre 50 e 60%, designadamente milho, cevada, trigo e soja, sendo preocupante a escassez de colza e girassol;
- ✓ **Preços:** os baixos preços dos produtos de origem animal, decorrentes da quebra do consumo e de excedentes no mercado europeu, pese embora as ajudas da União Europeia e nacionais;
- ✓ **PSA:** a continuidade da existência de surtos de Peste Suína Africana, em particular no Leste Europeu, mas também com focos na Bélgica e o aparecimento de focos em javalis na Alemanha, com consequências negativas para o mercado da carne de suíno e o reforço das medidas de biossegurança em toda a Europa;
- ✓ **Gripe Aviária:** a ocorrência de casos de gripe aviária em alguns países da União Europeia, criando maior pressão sobre o modelo de produção pecuária;
- ✓ **Tarifas:** as tensões entre a União Europeia e os EUA, decorrentes das retaliações em torno dos diferendos (alumínio e aço) com imposição de tarifas nas trocas comerciais;

- ✓ **Biocombustíveis:** a incapacidade do Governo, designadamente do Ministério da Agricultura em dar respostas às questões colocadas pela ACICO e pela IACA relativamente à política para os biocombustíveis;
- ✓ **Desinformação:** a crescente desinformação, sem qualquer base científica, quanto às consequências do consumo de leite, carnes vermelhas e de produtos transformados, na saúde dos consumidores, conjugado com o impacto da atividade pecuária no ambiente e nas alterações climáticas; os contínuos ataques ao Mundo Rural, sejam nas produções intensivas (azeite e olival, pecuária), no bem-estar animal ou no modelo existente em Portugal e que tem conduzido a aumentos de produções e a um reforço na capacidade de exportação;
- ✓ **Pressão Política:** a crescente atuação e influência do Ministério do Ambiente na alimentação animal e atividade pecuária, bem como a pressões políticas para a imposição de taxas para mitigar o impacto ambiental, e as tentativas de reduzir as funções do Ministério da Agricultura;
- ✓ **Dificuldade de comunicação:** dificuldade dos diferentes operadores e Associações da Fileira e do Mundo Rural se articularem, enquanto plataforma de defesa de posições e mensagens comuns.

## 2. Ações previstas para 2022

Num cenário de grande instabilidade, a braços com uma crise energética e de problemas nas cadeias de abastecimento, a nível internacional prolongam-se os conflitos e tensões, desde logo entre a China e os EUA, com este bloco a privilegiar as relações com a Índia e o Pacífico, em detrimento da Europa.

O Brexit é já uma realidade e apresenta problemas; a Rússia não é menos problemática; e dentro da União Europeia, as relações com a Polónia e a Hungria estão longe de estar estabilizadas, o que não deixa de ser um problema quando os desafios geoestratégicos são tantos e tão complexos. Os diferentes estádios de vacinação continuam a condicionar as trocas comerciais e a economia mundial, com impacto direto e indireto no setor.

Em termos económicos, enquanto em 2019 se assistiu a um crescimento de 2,9% no PIB, em 2020 registou-se uma contração de 8,4%. Para 2021 e 2022, prevê-se incrementos do PIB de 4,8% e 5,5%, respetivamente, apontando para uma convergência com a zona Euro. Nas previsões do Governo, a taxa de desemprego deverá situar-se em 6,8% em 2021 e 6,5% em 2022, abaixo dos níveis anteriores à pandemia. A dívida pública deverá ter uma trajetória decrescente, mas ainda elevada, cerca de 126,9% em 2021 e 122,8% em 2022.

Estas são as estimativas do Governo no âmbito do Orçamento de Estado que foi chumbado na Assembleia da República no dia 27 de outubro, abrindo espaço para uma crise política e eleições antecipadas a realizar em janeiro ou fevereiro de 2022.

Tratava-se de um orçamento que, uma vez mais, não era “amigo das empresas”, com um aumento da despesa fixa, sem uma estratégia de criação de valor com origem nacional e de desenvolvimento sustentado do País, sem reformas, com forte apoio na contratação coletiva, criando maior rigidez no mercado de trabalho e que já tinha merecido contestação dos vários setores empresariais.

Sem estar ainda completamente afastado o aparecimento de novas variantes e a braços com diferentes níveis de vacinação, que comprometem o crescimento e a retoma económica a nível mundial, com o fim das moratórias, antecipa-se um cenário muito preocupante para a competitividade da Fileira durante o primeiro semestre de 2022, confrontada com a tendência altista nas matérias-primas e baixos preços nos produtos de origem animal ao produtor.

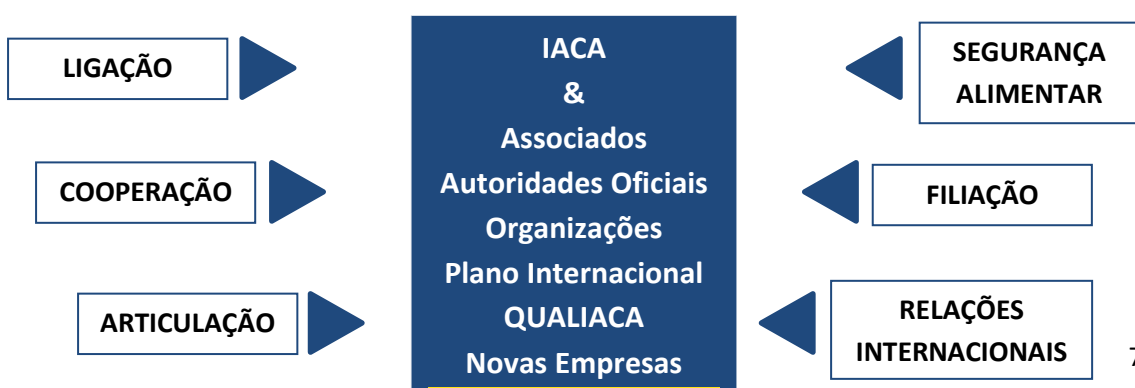
Ainda que seja inevitável o aumento significativo da inflação, tal como aconteceu nos EUA e na China, para conter os agravamentos nos custos de produção, esta conduz a outro tipo de problemas, sobretudo para um país como Portugal, fortemente endividado.

A evolução de eventuais crises sanitárias como a PSA ou a gripe aviária constituem igualmente preocupações acrescidas.

De facto, o que impacta negativamente a produção pecuária, tendencialmente, tem impactos a montante, caso da alimentação animal.

## 2.1. Objetivos

Deste modo, numa linha de continuidade, mas com reforço das parcerias que são a nossa matriz, os principais objetivos da IACA passam pela consolidação e reforço da atividade de representação da Indústria a nível nacional e internacional, e na divulgação das nossas propostas para o exterior, **centrados nos seguintes eixos:**





**LIGAÇÃO:** reforçar e agilizar a ligação entre a IACA e os seus associados, ao nível dos contactos diretos (Grupos de Trabalho com técnicos das empresas associadas para acompanhar dossiers relevantes para o Setor e preparar posições junto das autoridades nacionais e em Bruxelas), da informação disponibilizada (Informação Semanal, Revista “Alimentação Animal”, Anuário IACA, Newsletter, Notas de Conjuntura, INFO IACA, Circulares, o website) e na resolução de problemas que se colocam a cada empresa, com temas de atualidade.

Interrompida pela pandemia, num plano mais técnico, esperamos que seja possível retomar o Programa de visitas às fábricas nos Projetos que temos em curso, designadamente no quadro do Alentejo 2020 (SANAS) para um melhor conhecimento dos problemas e das expectativas das empresas associadas, com a comunicação e difusão das conclusões destas reuniões através da Revista “Alimentação Animal”. Procuraremos abordar com mais frequência as empresas, com vista a perceber com que dificuldades e constrangimentos se deparam, por forma a dirigirmos a nossa ação com maior eficácia.

**COOPERAÇÃO:** reforço da Cooperação com as autoridades oficiais, designadamente ao nível da Agricultura, Economia, Ambiente, Saúde, Infraestruturas e Emprego, principais áreas com impacto para o Setor, com destaques para o GPP, DGADR, DGAV e a APA. No quadro da investigação, desenvolvimento e inovação, continuarão a ser privilegiados os contactos com o INIAV e as Universidades (ISA, UTAD, FMV, ESA Santarém, ESA Coimbra, Universidade de Évora, Universidade do Porto), para fazer a ponte entre a investigação e as empresas, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, designadamente no quadro do FeedInov. A presença da IACA, enquanto representantes da FIPA em Comissões de Acompanhamento no quadro do Ministério da Agricultura, designadamente do PDR 2020 ou da Revisão da PAC pós-2020, potenciam essa lógica de cooperação e articulação, procurando resolver ou mitigar os problemas/estrangulamentos da nossa Indústria.

**ARTICULAÇÃO:** reforço da articulação entre a IACA e as organizações a montante e a jusante do nosso Setor, ao nível das associações agrícolas (ANPOC e ANPROMIS - de que é exemplo o Centro de Competências CEREALTECH, ou o InovTechAgro e mais recentemente o Grupo das Ações Climáticas), de comerciantes e importadores (ACICO), pecuárias (representantes dos setores das carnes, do leite e dos ovos) e da FIPA, consolidando a relação de Fileiras e criando um maior lobby e “*massa crítica*” junto das autoridades nacionais e internacionais na defesa dos interesses comuns: a defesa da sustentabilidade da produção nacional e do Mundo Rural, o equilíbrio no relacionamento com as cadeias de distribuição, a promoção da alimentação animal na Sociedade, da produção pecuária e do consumo de produtos de origem nacional, nos

mercados interno e externo. Continuaremos atentos ao desenvolvimento da Estratégia de Promoção da Produção de Cereais, e atentos às conclusões do Grupo Operacional “Efluentes”, com a publicação do Roteiro. Na área mais ambiental, teremos em atenção as orientações do PEF e do GFLI (medição da pegada de carbono) do RNC 2050 (Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica), promovido pela APA, as Melhores Práticas Disponíveis (BAT) e a promoção da economia circular. No plano da Investigação, Desenvolvimento & Inovação (IDI) teremos o envolvimento no FeedInov que assumirá a liderança das iniciativas de ID&I na área da Alimentação Animal. Destaque ainda para a finalização do Alentejo 2020, em que vamos promover o conhecimento e a sustentabilidade das empresas na região do Alentejo, como trampolim para todo o País, com destaque para a elaboração de um Estudo sobre a implementação da Estratégia “Do Prado ao Prato” e a publicação das Fichas Técnicas, para além dos Manuais sobre as Boas Práticas de Fabrico e as Substâncias Indesejáveis.

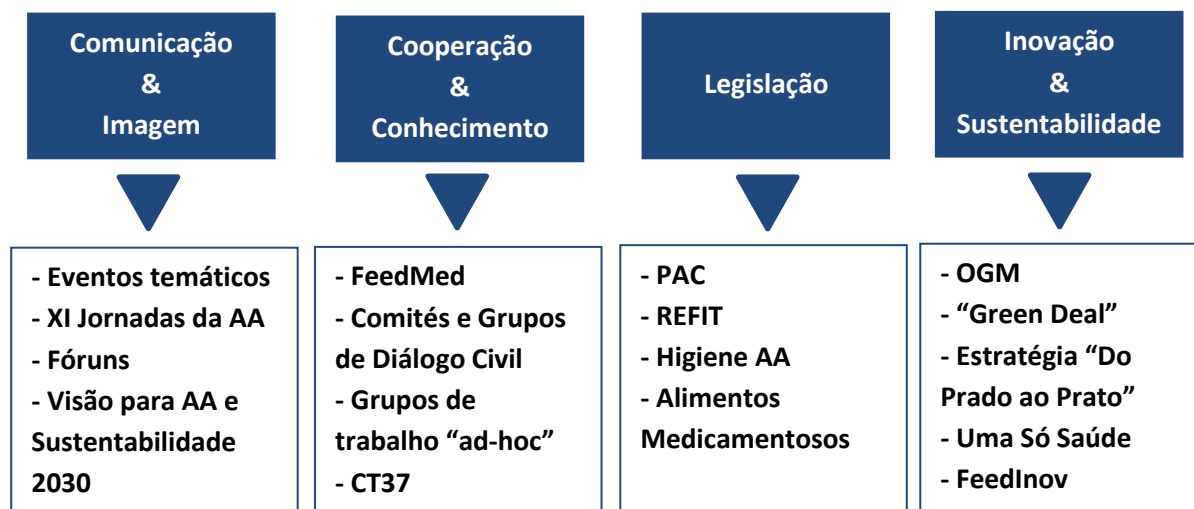
**RELAÇÕES INTERNACIONAIS** : consolidar a imagem da IACA e as suas posições no plano internacional, em particular no quadro da FEFAC e da FoodDrinkEurope - potenciando a representação da Indústria em fóruns de interesse para o Setor e em Grupos Consultivos da Comissão Europeia (Grupos de Diálogo Civil), no Parlamento Europeu, e junto da opinião pública, através dos media e do meio académico e universitário, intervindo em Jornadas, *workshops*, Seminários e Conferências, promovendo os interesses dos associados, a inovação e o conhecimento, tal como tem acontecido nos últimos anos, em que a IACA, para além de ter assento no *Board* da FEFAC, coordena Grupos de Trabalho relevantes.

**SEGURANÇA ALIMENTAR:** reforçar o controlo das matérias-primas importadas de Países Terceiros, pelo que continuaremos a apostar no QUALIACA visando a sua consolidação no mercado, com os custos a serem suportados parcialmente pelos aderentes (o restante será assumido pela Associação), como acontece desde 2019. Trata-se de um Projeto, bem acolhido pela Indústria e pela Fileira da produção animal, tem em vista o reforço da qualidade das matérias-primas, complementando o Plano de Controlo Oficial, e uma estratégia que permite potenciar uma nova relação com os nossos fornecedores, com maiores exigências contratuais.

**FILIAÇÃO:** continuidade no processo de filiação de novas empresas e atividades no universo da alimentação animal, na sequência da alteração dos Estatutos de 2016, que se confirmou nestes últimos 5 anos, com a entrada de mais associados. Esta estratégia reforçará o peso e o papel da Instituição como parceiro e a sua capacidade de intervenção na Sociedade, nos próximos anos, preparando-a melhor para os desafios do futuro.

## 2.2. Iniciativas Propostas

Para atingir os objetivos descritos no ponto anterior, o Plano de Ação, que se reflete naturalmente na proposta de Orçamento para 2022, contempla um **conjunto de iniciativas**, das quais destacamos as seguintes:



### COMUNICAÇÃO & IMAGEM:

Realização de eventos temáticos ao longo do ano, designadamente a Reunião Geral da Indústria e Workshops, mantendo o modelo de convites a representantes das autoridades oficiais que acompanham os diferentes dossiers, de forma a compreenderem melhor as posições e necessidades da Indústria e dos seus associados;

Face ao sucesso das edições anteriores, realizaremos, em colaboração com a SPMA, as XI Jornadas de Alimentação Animal, uma iniciativa que já se assumiu como uma referência e um ponto de encontro anual do Setor, tendo como tema “O contributo da Alimentação Animal para a Sustentabilidade, com duas vertentes: o papel da inovação, incluindo os aditivos, e os desafios do “*Green Feed*”;

Presença da IACA nos fóruns nacionais e internacionais a que está diretamente ligada, designadamente no âmbito da FIPA, GPP, DGAV, DGADR, APA, FEFAC, FoodDrinkEurope e Comissão Europeia (DG AGRI, DG SANTE) e contactos ao nível da REPER, Parlamento Europeu e Comissão de Agricultura da Assembleia da República;

Continuação da implementação da Visão 2030 para a Alimentação Animal e da Carta de Sustentabilidade 2030, com atenção no tema da desflorestação e aprovisionamento de soja responsável.

## **COOPERAÇÃO & CONHECIMENTO:**

Continuidade e reforço do papel do FeedMed, grupo de pressão constituído pela IACA/EUROFAC/ASSALZOO/CESFAC, representando Portugal, França, Itália e Espanha, constituído em setembro de 2017 e perfeitamente consolidado, cujo objetivo é defender em Bruxelas, nomeadamente no quadro da FEFAC, os interesses e especificidades dos países do Sul, face a pontos de vista, muitas vezes, divergentes dos blocos do Norte ou de Leste, sobretudo tendo em conta a Estratégia do “Prado ao Prato” e as suas metas mais relevantes. A Presidência francesa da União Europeia, no primeiro semestre de 2022, representa uma oportunidade que não podemos desperdiçar, estando já programadas reuniões para o primeiro trimestre de 2022;

Continuamos a assegurar a vice-presidência do Comité “Produção Industrial de Alimentos Compostos” e a representação da Indústria europeia nos Grupos de Diálogo Civil “Culturas Arvenses”, “PAC”, e “Acordos Internacionais da Agricultura”, no quadro da DG AGRI/Comissão Europeia, bem como a coordenação do Grupo PARE (Política Agrícola e Relações Externas) da FIPA, com participação nos Comités da FoodDrinkEurope, em particular o da Competitividade;

Para além da presença nos Comités específicos da FEFAC, incluindo a participação no Comité “Sustentabilidade”, a IACA continuará presente ao mais alto nível na estrutura dirigente da nossa organização europeia, num novo modelo de governação, para o qual muito contribuiu e que se iniciou a partir de junho de 2020, ano em que o Presidente da Direção assumiu um lugar no *Board*;

Criação de Grupos de Trabalho “*ad-hoc*” para a discussão de dossiers importantes para o futuro do Setor, designadamente sobre as micotoxinas, as dioxinas e o CLP/REACH, o *Green Feed* e *Green Label*, em estreita ligação com a FEFAC, tendo em conta os interesses nacionais;

Continuação da dinamização da CT 37 com participação em Congressos e diferentes grupos de trabalho, tendo em vista um melhor conhecimento da sua atividade e da importância para a credibilidade da alimentação animal.

## **LEGISLAÇÃO:**

No quadro da Contratação Coletiva de Trabalho, os CCT foram denunciados em 2020, não sendo expectável qualquer evolução em 2022, tendo em conta as recentes decisões do Governo. Continuaremos, no entanto, a analisar eventuais alternativas, em conjunto com as empresas associadas;

Acompanhamento da nova PAC, designadamente a apreciação dos PEPAC, entregues à Comissão em finais de 2021, e que serão implementados em 2023, bem como propostas de negociação ou implementação de acordos comerciais, pugnando pela aplicação das mesmas regras que são impostas aos operadores da União Europeia;

Acompanhamento da revisão da legislação sobre os vários temas relacionados com a alimentação animal em discussão na UE, nomeadamente o Regulamento sobre higiene nos alimentos para animais (Regulamento (CE) nº 1831/2003), o REFIT nos aditivos (Regulamento (CE) nº 1831/2003), com especial atenção às restrições de aditivos produzidos a partir de microrganismos geneticamente modificados, novos aditivos para alimentação animal e discussão novos grupo de aditivos (“melhoradores da condição de saúde”) e com impacto positivo a nível ambiental;

Iniciativas com a DGAV para promover e abordar a futura legislação sobre os alimentos medicamentosos junto dos associados, com Sessões de divulgação, autónomas ou integradas nos eventos da IACA. As preocupações irão centrar-se em três áreas: a resistência antimicrobiana, as tolerâncias e a disponibilidade.

## **INOVAÇÃO & SUSTENTABILIDADE:**

Acompanhamento do processo legislativo relativo à aprovação de OGM, quer para importação, quer para cultivo e designadamente o dossier das Novas Técnicas de Melhoramento de Plantas, denominadas como NGT (Novas Técnicas Genómicas), em colaboração com o CIB, ANSEME e outras entidades;

Acompanhamento e monitorização da implementação do *Green Deal* e da Estratégia “Do Prado ao Prato”, atentos às implicações na Indústria, bem como à discussão do Plano de Contingência da União Europeia - a IACA tem defendido stocks de segurança -, à luz das lições retiradas da pandemia e da dependência da UE face aos países terceiros e desde logo a China;

Colaboração no Programa “Uma Só Saúde”, quer para ajudar a atingir o grande objetivo de redução ou utilização prudente de antibióticos na alimentação animal, quer na promoção da receita veterinária eletrónica, na defesa da utilização dos

alimentos medicamentosos como um serviço de inegável valor prestado aos clientes, mas igualmente como uma ferramenta eficaz no controlo e redução do consumo de medicamentos, como uma das medidas de combate ao problema da resistência antimicrobiana. Para além dos suínos, cujo protocolo carece de revisão, destacamos igualmente a promoção da “desmedicalização” no setor da cunicultura, promovendo uma discriminação positiva nos operadores que estiverem disponíveis e conseguirem atingir as metas definidas, naturalmente em colaboração com a DGAV e as nossas congéneres associativas;

Continuidade do curso de legislação aplicável ao setor da alimentação animal, em conjunto com a DGAV, bem como promoção de iniciativas com o FeedInov;

Desenvolvimento do FeedInov & conclusão do Projeto SANAS, bem como a participação nas Agendas Mobilizadoras, consubstanciando a aposta na inovação, investigação e desenvolvimento, como pilar essencial do Setor nos compromissos perante os desafios da Sociedade e na Comunicação.

### **3. Perspetivas e Desafios**

Estas são as principais tarefas a que a IACA se propõe em 2022.

Temos a noção de que este segundo ano do novo Mandato vai ser particularmente difícil e exigente, sobretudo durante o primeiro semestre, em que a recuperação da economia para os níveis de pré-pandemia irá muito para além de 2022, sobretudo se tiver em conta o contexto internacional e as incertezas que se colocam, desde logo face a eventuais aparecimentos de novas variantes e restrições.

A IACA estará atenta às dificuldades e aos desafios que têm caracterizado a evolução da indústria dos alimentos compostos para animais e os que estarão bem presentes na próxima década, numa agenda mais verde e digital, e uma aposta no desenvolvimento sustentável, em que os dossiers como a saúde e bem-estar animal, ambiente, redução das emissões de GEE na pecuária, disponibilidade de proteína, segurança alimentar e resistência antimicrobiana são essenciais para uma imagem mais favorável do setor na opinião pública e junto dos decisores políticos, à luz de uma sociedade civil com interesses tão contraditórios.

Seja pela via da produção, pelo impacto ambiental, seja do consumo, ao nível das dietas e os impactos negativos na saúde, é certo que os ataques aos produtos de origem animal, com impacto negativo na Fileira pecuária e desde logo na nossa atividade continuarão na ordem do dia.

Até porque, como se viu na discussão da proposta de Orçamento, muitos destes temas são politizados e servem como “moeda de troca” no apoio ao Governo. O mesmo acontece em Bruxelas ou nos fóruns de decisão supranacionais.

Nesta perspetiva, a Direção da IACA está consciente das dificuldades e das exigências, tendo como principal objetivo a aposta contínua e reforçada nas parcerias e na dinâmica da Organização, alargando a sua base de apoio e capacidade de intervenção, quer na Fileira, quer junto dos responsáveis, políticos, Administração Pública e público em geral, sobretudo com os mais jovens.

Tal como sempre, no plano nacional e internacional, com a consciência de que se nada fizermos em conjunto, numa estratégia integrada, seremos mais frágeis.

**Devemos agir e não reagir, com a certeza de que o futuro depende de nós próprios.**

Pela sua história e experiência de mais de 50 anos, pela constante adaptação, capacidade de nos adaptarmos às diferentes realidades que foram surgindo e pela relação com as empresas associadas, bem vincada nestes dois anos de pandemia, com a resiliência demonstrada, somos uma Associação com visibilidade, credível e respeitada, quer pelos nossos parceiros, quer pelas autoridades, seja em Portugal ou no quadro internacional, sobretudo na UE, no Brasil ou nos EUA, com quem temos excelentes relações institucionais, nomeadamente através da USSEC (soja) e do USGC (cereais).

Por outro lado, a consolidação do FeedInov e a interação com os seus diferentes parceiros, representa mais uma etapa na adaptação aos novos tempos, enquanto parceiros de confiança e gerando valor e conhecimento na cadeia alimentar.

A disseminação do conhecimento e a ligação às empresas representam a oportunidade de uma aposta na tecnologia, na economia circular, na alimentação de precisão, no sentido de termos um setor mais robusto e preparado para os desafios da sociedade.

A Carta de Sustentabilidade 2030 e os compromissos que assumimos, definem igualmente um nível de ambição ainda mais exigente.

Neste quadro de incerteza global em que vivemos e de grande instabilidade e volatilidade, no segundo ano do nosso Mandato, para além do reforço e consolidação dos Projetos estruturantes (Alargamento e QUALIACA), e aposta continuada na Comunicação, Formação e Informação, com uma vertente também estrutural, centrada na inovação, investigação e desenvolvimento (FeedInov e SANAS), no sentido de dispormos de dados científicos que permitam construir e de defender a nossa “narrativa”, o que continuamos a garantir aos nossos Associados é ambição e vontade, de fazer mais e melhor, com coerência e espírito de Missão, tendo em vista a coesão da

Indústria e a sustentabilidade da IACA, como grandes orientações estratégicas no médio e longo prazo.

A Agenda 2030 e a certeza da parte dos decisores de que a Alimentação Animal é hoje parte da solução, representa uma responsabilidade acrescida e um nível de exigência que temos de manter perante os desafios da Sociedade, que também nos abrem novas oportunidades que temos de saber construir.

Hoje e como sempre, na defesa dos legítimos interesses dos nossos Associados.

Lisboa, 17 de novembro de 2021

### **A DIREÇÃO**

José Romão Leite Braz	- Presidente
António José M. Saraiva Landeiro Isidoro	- Vogal
Maria Cristina Guarda de Sousa	- Vogal
António Queirós Santana	- Vogal
Avelino da Mota Francisco Gaspar	- Vogal
Ulisses Manuel de Assis Mota	- Vogal
João Vieira Barreto	- Vogal